

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Filipe Xerxeneski da Silveira¹
Débora Cristina Daenecke A. Moura²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) auxiliaram a expansão de conteúdos informacionais, transcendendo barreiras físicas, com um alcance maior e um número variado de indivíduos que produzem, compartilham e disseminam informações sem checar as fontes. Congruente a isso, ressaltamos existir uma maior proliferação de desinformação em plataformas digitais, sendo urgente a intensificação de ações de conscientização e educação midiática entre os diferentes públicos, a fim de incentivar uma leitura crítica das mídias e uma efetiva inclusão digital para a cidadania. Segundo Dias e Pires (2005, p. 60), “[...] a informação é um fenômeno de comunicação presente em todas as áreas do conhecimento e tem valor em função do contexto, do interesse do receptor, do seu grau de competência e domínio sobre aquele assunto”.

Com tantas fontes de informação em formato físico e digital, tornou-se difícil entender qual conteúdo é baseado em fatos, meias verdades ou mentiras. Guiados por Capurro e Hjørland (2007, p. 155), corroboramos com a ideia de que existem dois contextos para informação: “[...] o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento”. No que concerne às fontes de informação, Blattmann (2009, *online*) sugere que “[...] existem fontes e recursos informacionais orais, impressos, digitais e multimídia. Cada qual

¹ Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Bibliotecário no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

² Mestre em Tecnologias Educacionais em Rede (Universidade Federal de Santa Maria). Bibliotecária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

apresenta sua função, diferencia-se pelo seu conteúdo e, principalmente, pelo público-alvo a qual é direcionado”.

Vivemos em uma era na qual fatos objetivos têm sido substituídos por opiniões e em que a formação da opinião pública é balizada por crenças pessoais. A natureza da verdade é modificada por emoções. Inverdades são aceitas, mesmo sendo sabidamente falsas, e decisões são tomadas a partir delas. Mesmo sem conhecimentos técnicos avançados, indivíduos tornam-se também produtores e difusores de informação, e não apenas consumidores. Contudo, a autonomia e a liberdade digitais demandam responsabilidade social, posto que dados imprecisos e informações enganosas ou errôneas, divulgadas sob uma infinidade de formas e disfarces, afetam a saúde e contribuem para a disseminação do ódio e da intolerância, entre outras consequências. Sorj e Noujaim (2020, p. 73) corroboram com a ideia de que

[...] neste universo de informações, facilmente se perde a noção da qualidade da informação recebida, desaparecendo as fronteiras entre as notícias disseminadas por jornalistas e pela imprensa institucionalizada e opiniões pessoais ou de produtores de fake news, que visam à desinformação.

E qual o papel da alfabetização midiática e informacional (AMI) no combate à desinformação?

É fundamental esclarecermos que, desde a época das cavernas, os homens deixaram registradas suas atividades, proporcionando a geração de conhecimento a áreas distintas, como História, Antropologia e Arqueologia. Morado Nascimento (2006, p. 29) afirma que, no sentido ontológico, a informação é construída por “[...] sujeitos que criam mecanismos informacionais próprios (percepção, memória, imagem, etc.), para reconhecer, interpretar e transmitir significado”. Para Hjørland (2012), as pesquisas atuais sobre fontes de informação estão direcionadas à qualidade delas, e isso se dá porque existe um elevado número de documentos disponíveis aos usuários, sendo necessário apresentar a esses usuários os documentos que melhor satisfaçam suas necessidades informacionais, direcionando-os para as fontes adequadas. O mundo atual é

hiperconectado, repleto de informações verdadeiras e falsas que perfazem todas as redes. Seria natural pensar que as instituições educacionais, as bibliotecas e as unidades de informação devessem contribuir para o discernimento adequado do que é e do que não é verdade nas mídias digitais. O esperado seria que fosse possível criar estratégias, serviços e produtos que venham a minimizar os impactos da desinformação em saúde, todavia, nem sempre encontramos essa realidade nas instituições.

Assim, entendemos que, à luz da Entidade Reguladora para a Comunicação Social de Portugal (ERC), existe uma crise de confiança nas instituições, em grande parte relacionada ao cenário de desinformação na sociedade contemporânea. A desinformação mina a confiança nas instituições e nos meios de comunicação tradicionais e digitais e prejudica as nossas democracias ao comprometer a capacidade dos cidadãos de tomarem decisões bem informadas: a desinformação, portanto, enfraquece a liberdade de expressão. (CARVALHO, 2019). Procuramos, com essa introdução, reverberar para o fato da AMI, no combate à desinformação, ser uma das formas mais seguras de aproximar as bibliotecas, os centros de informação e as demais instituições dos diferentes públicos, criando mecanismos de acesso e uso de funcionalidades digitais, de pensamento crítico e reflexivo e de engajamento cidadão.

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL EM AMBIENTES INFORMACIONAIS: IMBRICAMENTOS E DIÁLOGOS POSSÍVEIS

A hiperconectividade, na contemporaneidade, potencializa o alcance das informações em diferentes meios e suportes. Choo (2006) e Choo *et al.* (2008) salientam que as pessoas usam a informação para finalidades diversas, e o conhecimento gerado a partir de tais informações está sustentado em três arenas: criação de significado, construção do conhecimento e tomada de decisão. Diante desse cenário, um dos principais desafios das equipes multiprofissionais em saúde (bibliotecários, arquivistas, museólogos, médicos, enfermeiros e todos os demais profissionais da área da saúde), em um país com inúmeros contrastes e um alarmante índice de analfabetismo funcional, vai muito além de promover ações ligadas à utilização de mídias e de tecnologias infocomunicacionais.

Possuir habilidades para busca e uso da informação sempre foi importante, mesmo antes da evolução tecnológica que reconfigurou cenários – como, por exemplo, o da comunicação. Não obstante, torna-se salutar que as pessoas tenham acesso e saibam utilizar informações em seu favor. Por decorrência, surge para o indivíduo a necessidade de desenvolver a habilidade de identificar necessidades informacionais, além de saber como buscar, onde encontrar e como apropriar-se da informação para sanar lacunas e manter contínuo aprendizado.

Sem dúvida, essa é uma tarefa complexa e que não se limitará a uma única e específica ação, já que os processos de aprendizagem são diversos, complexos e envolvem mudar hábitos e rever comportamentos. Freire (1989), ao abordar sobre como a experiência de cada sujeito influenciará na sua leitura de mundo e sobre como é necessário ir além da decodificação nos processos de alfabetização, versa sobre o complexo processo de aprendizagem de cada indivíduo e seus contextos envolvidos, além de atentar para a importância da “[...] participação crítica e democrática dos educandos no ato de conhecimento de que são também sujeitos”. (FREIRE, 1989, p. 23). Fica evidente, portanto, a importância de significar as aprendizagens, envolver os sujeitos e torná-los protagonistas do processo.

Antes de pensarmos nos possíveis imbricamentos e diálogos da AMI nos ambientes informacionais, julgamos oportuno trazer à tona alguns conceitos, tais como: o de alfabetização, o de alfabetização informacional, o de alfabetização midiática e, por fim, o de alfabetização midiática e informacional. De acordo com Freire (1989, p. 9), a alfabetização é:

[...] um processo que envolvia uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. [...] Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Sendo o direito à informação um princípio no qual a humanidade tem se empenhado no decorrer dos anos, as múltiplas possibilidades de interação e comunicação tornam-se primordiais para o fortalecimento de uma sociedade mais leitora e crítica no uso de recursos informacionais e midiáticos.

Considerando que a desinformação possui a intenção de manipular e confundir as decisões e que a circulação de informações falsas e manipuladas, especialmente relacionadas à saúde, gera riscos graves às pessoas, é necessário que estas estejam preparadas para lidar com o complexo ambiente midiático e informacional. Assim sendo, as bibliotecas devem ser um dos espaços de promoção e desenvolvimento de habilidades informacionais e midiáticas, sendo, dessa forma, capazes de conscientizar sobre o uso, o consumo, o compartilhamento e a criação de conteúdos informacionais.

A *American Library Association* (ALA) produziu, em 1989, um documento que disserta sobre a alfabetização informacional. Mesmo parecendo obsoleto, traduz, substancialmente, o ato de aprender a aprender no ciclo informacional. Assim, corroboramos, à luz do documento da ALA (1989, p. 1), com a ideia de que:

Para ser alfabetizado em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Resumindo, as pessoas alfabetizadas em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (Tradução nossa).

Sob o olhar dos movimentos de desinformação, podemos entender que nem sempre as notícias falsas são fáceis de serem percebidas, pois surgem disfarçadas de muitos adjetivos e repletas de pontos de exclamação. Nos dias de hoje, com o volume e a velocidade proporcionados pelas tecnologias, há a necessidade de ações educativas específicas com o objetivo de fornecer subsídios para a leitura crítica da mídia. O principal propósito da alfabetização midiática é possibilitar que os indivíduos compreendam as funções das diversas mídias e as condições de produção das notícias, além de conseguir avaliar os conteúdos e os serviços oferecidos por veículos de comunicação. Em uma das

mais claras definições acerca de ser alfabetizado no uso de mídias, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), diz que a alfabetização midiática se centra mais fortemente do que a literacia da informação no processo de prospecção, análise e compreensão da natureza da comunicação de massa, aumentando, assim, o conhecimento a respeito das técnicas utilizadas nestes processos, do modo como eles constroem realidades, do modo como eles estão organizados e do impacto dos meios de comunicação sobre temas sociais, políticos, econômicos, de saúde e de ensino. (WILSON *et al.*, 2013).

O Quadro 1, de autoria de Wilson *et al.* (2013), mostra alguns imbricamentos entre as práticas de alfabetização informacional e alfabetização midiática em ambientes informacionais.

Quadro 1 – Resultados e elementos da AMI

Alfabetização Informacional	Alfabetização Midiática
Definição e articulação de necessidades informacionais	Compreensão do papel e das funções das mídias em sociedades democráticas
Localização e acesso à informação	Compreensão das condições sob as quais as mídias podem cumprir suas funções
Acesso à informação	Avaliação crítica do conteúdo midiático à luz das funções da mídia
Organização da informação	Compromisso junto às mídias para a autoexpressão e a participação democrática
Uso ético da informação	Revisão das habilidades (incluindo as TIC) necessárias para a produção de conteúdos pelos usuários
Comunicação da informação	
Uso das habilidades de TIC no processamento da informação	

Fonte: Wilson *et al.* (2013, p. 18).

Bibliotecas, centros de informação e documentação e outros ambientes informacionais são locais com credibilidade no fornecimento de fontes de informações

fidedignas. Neste sentido, é imprescindível a oferta de ações que promovam o desenvolvimento de habilidades informacionais de seus usuários, proporcionando-lhes autonomia e sucesso em suas buscas. Por meio de projetos relacionados à AMI, é possível incentivar o exercício da cidadania com a criticidade necessária para tal. Por fim, devemos compreender que a AMI, conforme preconiza a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 2011, p. 1):

[...] engloba o conhecimento, as atitudes e a soma de habilidades necessárias para saber quando e qual informação é necessária, onde e como obter essa informação, como avaliar criticamente e organizá-la uma vez encontrada; e como usá-la de forma ética. O conceito se estende para além das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), abrangendo o aprendizado, o pensamento crítico e as habilidades de compreensão que atendam e superem as fronteiras profissionais e educacionais. A alfabetização informacional e midiática inclui todos os tipos de fontes de informação: oral, impressa e online. (Tradução nossa).

Pensando no contexto da informação em saúde, as práticas envolvendo AMI e desinformação em bibliotecas podem contemplar a saúde de maneira global, ou seja, podem considerar os sujeitos e as suas relações com alimentação, saúde mental, prática de esportes e meio ambiente, por exemplo. O Quadro 2 traz possíveis estratégias para o combate à desinformação, através da AMI, em bibliotecas de diferentes tipos:

Quadro 2 – Estratégias para combate à desinformação em diferentes tipos de bibliotecas

	Bibliotecas Escolares, Públicas e Comunitárias	Bibliotecas Universitárias e Especializadas
Estratégias de combate à desinformação	Confeccionar murais criativos e interativos, alusivos a importantes datas, vinculando às temáticas da desinformação e AMI.	Divulgar as novidades das bases de dados e seus recursos interativos disponíveis.
	Ofertar oficinas a todos os públicos (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em vulnerabilidade social e outras), debatendo a importância do combate à desinformação em saúde e promovendo a participação direta do público nas discussões.	Estimular os usuários em relação ao uso de livros eletrônicos.
	Proporcionar contações de histórias à comunidade, debatendo a importância das práticas de AMI no combate à desinformação.	Criar cursos <i>online</i> abertos e massivos (MOOC) com conteúdos que abordem a desinformação em diferentes meios e suportes.
	Criar uma mostra de filmes e jogos interativos abordando a temática da desinformação.	Ofertar oficinas sobre avaliação, com senso crítico acerca da autoridade, da credibilidade e da finalidade da informação e do conteúdo das mídias.
	Divulgar ferramentas de checagem de fatos e demais recursos de verificação das informações disponíveis na <i>web</i> .	Extrair e organizar a informação e todos os conteúdos das mídias. Utilizar as ideias abstraídas dos conteúdos.
	Estabelecer parcerias para a oferta de oficinas para uso de aplicativos e redes sociais e seus recursos (lupa do WhatsApp para checagem de informações, denúncia de conteúdos mentirosos no Facebook, entre outros).	Utilizar habilidades em TIC para processar a informação e produzir conteúdo.
	Organizar ciclo de palestras com temas relacionados à AMI e à desinformação: ética, jornalismo, saúde mental, entre outros.	Organizar ciclo de palestras com temas relacionados à AMI e à desinformação: ética, jornalismo, saúde mental, entre outros.
	Disponibilizar computadores com acesso à internet para auxiliar as pessoas com dificuldades no uso das ferramentas.	

Fonte: Siveira e Moura (2023).

Certamente, as possibilidades vão muito além das sugeridas no quadro, mas um aspecto importante a ser considerado é que não trabalhamos de forma isolada e, neste sentido, estabelecer parcerias com outros profissionais e/ou outras instituições pode ser uma alternativa interessante para auxiliar-nos a atingir os objetivos previstos nas ações de AMI nos ambientes de informação, uma vez que há diversas metodologias que podem ser utilizadas com foco a sensibilizar públicos diversos.

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO

É indiscutível reconhecemos que cientistas e parte da população mundial assistem, atônitos e perplexos, às manifestações anticientíficas ou pseudocientíficas contrariando os estudos, embasados por evidências robustas, com o aval das mais importantes e consolidadas instituições de ciência, tecnologia e inovação do mundo.

Acompanhando tal ideia, Henriques (2018) afirma que as consequências da desinformação no âmbito da saúde são preocupantes, uma vez que informações equivocadas podem levar a diversos comportamentos geradores de risco, pela indução ao uso de medicamentos e vacinas sem indicação, pela recusa a tecnologias e medidas de proteção necessárias ou, ainda, pela desorganização que provocam nos serviços de saúde.

Há um duelo entre a produção e a disseminação de informações verídicas e inverídicas, uma vez que nos tornamos consumidores e proliferadores de conteúdos nas mídias digitais. Se, por um lado, essa possibilidade democratiza o acesso e o uso da informação nos mais variados meios e suportes, por outro, vivemos uma indiscutível crise informacional, que para muitos estudiosos tem se consolidado através de uma desordem informacional, de uma infodemia semiótica ou até mesmo de um conhecimento patológico. As autoras Marwick e Lewis (2017), no livro intitulado *Media Manipulation and Disinformation Online*, abordam guerras informacionais e táticas de desordem informacional, apresentando quatro características definidoras do que chamam de

manipulação midiática: 1) discurso deliberadamente ofensivo; 2) antipatia pelo sensacionalismo na grande mídia; 3) objetivo de criar impacto afetivo no público-alvo; e 4) ambiguidades, por meio de paródias que ocultam as intenções de autoria. A partir disso, pergunta-se: de quais formas as mídias sociais assumem um protagonismo nos movimentos de desinformação, especialmente no que tange à área da saúde?

Seguindo nesse viés de percurso, Bucci (2018, p. 28) é categórico ao afirmar que:

[...] na era das redes sociais, o indivíduo se encontra encapsulado em multidões que o espelham e o reafirmam ininterruptamente – são as multidões de iguais, as multidões espetaculares, as multidões de mesmos [...] cujo traço definidor é a impermeabilidade ao dissenso, a ponto de uma comunidade de uma determinada bolha mal tomar conhecimento da outra.

Nesse âmbito, é reafirmada a importância de que mentiras, boatos, informações sem contexto ou qualquer tipo de *fake news* em saúde podem contribuir para aumentar a transmissão e a gravidade das doenças. Ferrari (2018, p. 44) é contundente quando se refere aos danos causados pelas notícias falsas e diz que “[...] as notícias falsas são, na verdade, uma variedade de desinformação que pode variar entre a correta utilização de dados manipulados, a utilização errada de dados verdadeiros, a incorreta utilização de dados falsos e outras combinações possíveis”.

Em um relatório de 2017, da Comunidade Europeia intitulado *Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*, os autores Wardle e Derakhshan (2017) enfatizam que a desinformação e a desordem informacional não são fenômenos novos, ainda que o surgimento da internet e das mídias digitais tenham trazido mudanças fundamentais na forma como a informação é produzida e disseminada. Na visão dos autores, o surgimento de paradigmas informacionais e comunicacionais foram ocasionados pelos fatores que seguem:

- a) Tecnologias de edição e publicação sofisticadas, econômicas e amplamente acessíveis que facilitam a criação e distribuição de conteúdo a qualquer pessoa;
 - b) O consumo da informação passou de ser um ato privado a ser um ato público por intermediação das mídias sociais;
 - c) A velocidade da disseminação da informação tem aumentado devido um ciclo acelerado de notícias, potencializado pelos telefones celulares;
 - d) A informação circula em tempo real entre pessoas com relações de confiança, portanto, qualquer peça de informação tem menos probabilidade de ser contestada.
- (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 10-11). (Tradução nossa).

Na década de 1950, antes mesmo da existência da *Cochrane Libray* (portal que reúne bases de dados de evidências que auxiliam no processo de tomada de decisão na área da saúde) e, conseqüentemente, dos estudos randomizados e das metanálises, a indústria do tabaco se utilizava de anúncios duvidosos, contrariando os estudos sobre a prevalência do câncer de pulmão em indivíduos fumantes. Nessa perspectiva, Dias (2013, p. 112) enfatiza que

[...] a desinformação e a manipulação psicológica e outros subterfúgios são usados para criar um clima social de aceitação das ideias dominantes, fazendo crer que vivemos num clima de liberdade, em que não há necessidade de reear a violentação das nossas consciências.

Muito antes da pandemia de Covid-19, o Brasil já figurava entre os países onde mais se espalhavam *fake news*, com rumores, estigmas e teorias conspiratórias sobre câncer, diabetes, infecções sexualmente transmissíveis (IST). Tal fato, portanto, demonstra a necessidade de se combater a propagação da desinformação e, também, das pessoas desenvolverem habilidades informacionais e midiáticas que auxiliem na identificação da informação confiável.

Por outro lado, diversas frentes de trabalho têm atuado em iniciativas de combate à desinformação. A exemplo disto, o *Manual da Credibilidade Jornalística* (PIMENTA; BELDA, c2021), inicialmente feito para guiar os profissionais do jornalismo, com informações qualificadas para guiar decisões de interesse público, traz os principais envolvidos no processo de desinformação. (FIGURA 1).

Figura 1 – Elementos do processo de desinformação



Fonte: Pimenta e Belda (c2021, *online*).

É importante salientar que os agentes de uma mensagem podem ser pessoas ou organizações e podem, assim, agir por motivação, intenção de prejudicar ou enganar através da propagação de mensagens falsas. Essas mensagens sempre têm um tempo de duração, uma motivação e um impostor, isto é, um indivíduo com noções claras de proliferar desinformação em diferentes meios e suportes. No caso quem as interpreta, tem a missão tomar a decisão de ignorar a mensagem quando se tratar de uma *fake news* ou compartilhar sem checar.

A negação das evidências, da ciência e da educação pode comprometer o futuro das instituições de educação, ciência e tecnologia, ocasionando uma crise sistêmica entre os discursos dos cientistas e dos pseudocientistas. Nessa linha de pensamento, Marçal (2014, p. 77) diz que “se é certo que há verdadeiras polêmicas científicas, são, por vezes, criadas controvérsias sociais que não têm nenhuma correspondência no plano científico”. Tipicamente, nos tabuleiros em que se joga a tática da controvérsia, estão em confronto

duas teorias, e uma esmaga a outra do ponto de vista das provas em seu favor, ou seja, do conhecimento científico. Seguindo tal linha de raciocínio, julgamos importante abordar o conceito de *infodemia*, tão difundido durante a pandemia da Covid-19. Na opinião de Zarocostas (2020), infodemia é um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa. A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico.

Antes mesmo de existir a escrita, o ouvi-dizer (*bouche-à-oreille*) era o único veículo de comunicação nas sociedades. O boato veiculava as informações, fazia e desfazia as reputações, precipitava os motins ou as guerras. Com grande poder de alcance, o boato se faz presente ainda hoje, uma vez que nem mesmo o aparecimento da imprensa, da rádio e do audiovisual conseguiram fazer com que ele desaparecesse. (KAPFERER, 1993).

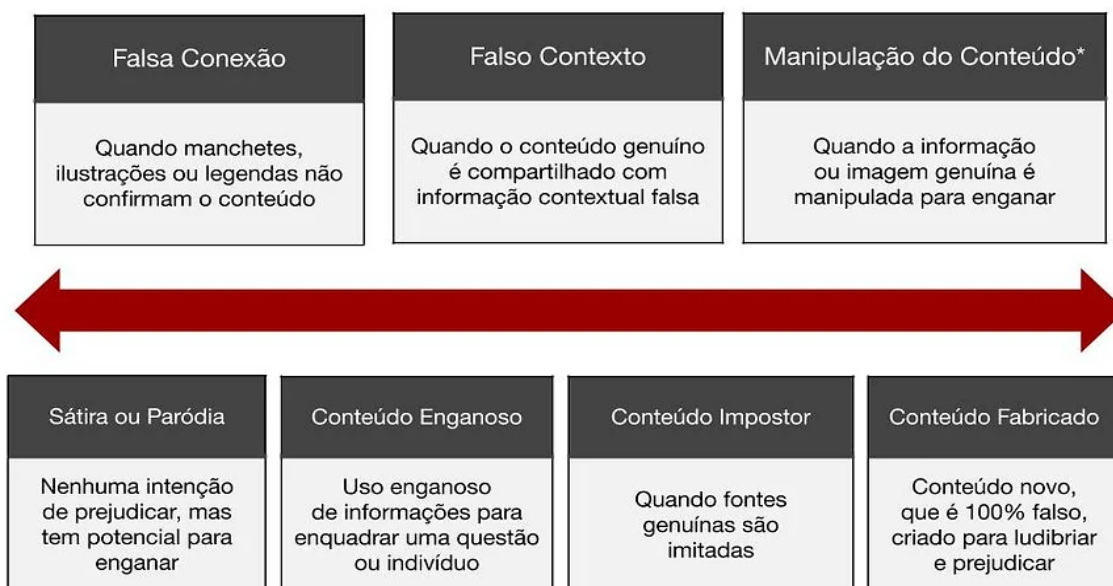
É importante perceber que o movimento da pós-verdade surge na perspectiva de moldar a opinião pública, através de crenças, dogmas e de um emaranhado de práticas discursivas. Nesse sentido, é interessante perceber que a pós-verdade acarretou “uma mudança profunda nos modos como as informações são produzidas, recebidas e reproduzidas”. (SANTAELLA, 2019, p. 22). Na obra *Temas e Dilemas do Pós-Digital: a voz da política*, Santaella (2016) discorre sobre o fato de vivermos em uma sociedade ocasionada por imbricamentos, verdades e inverdades resultantes das relações de saber-poder. Segundo a autora, “[...] nas sociedades arqui-complexas atuais, os sistemas não têm estabilidade. Vivemos sob o signo da emergência e adaptabilidade, dada a aceleração e instabilidade do ritmo de transformações econômicas, políticas e culturais.” (SANTAELLA, 2016, p. 242). Na sociedade da pós-verdade, tanto a verdade quanto as instituições de ensino, pesquisa e inovação são constantemente questionadas e atacadas por indivíduos que discutem ciência, cura de doenças, clima e meio ambiente, sentados em uma mesa de bar ou em suas bolhas informativas. Na obra intitulada *Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*, o autor D’Ancona (2018, p. 72) diz que “[...] quando a verdade desaba como valor social, as continuidades da prática social que ela apoiou são postas em perigo”.

Não existe uma fórmula mágica que possa exterminar o *tsunami* da desinformação na sociedade contemporânea. Entretanto, a aplicabilidade da AMI, tanto na educação quanto na saúde, representa uma força no combate às informações inverídicas. É necessário promover iniciativas de educação midiática, informacional e tecnológica, bem como princípios de educação sanitária. Para tanto, profissionais das mais variadas áreas do conhecimento precisam se unir para controlar vieses e passar a produzir tanto educação quanto ciência, baseados em evidências e checagem de dados. O paradigma das tecnologias de informação e comunicação representaram mudanças significativas na *web* 1.0, 2.0, 3.0 e 4.0, onde as pessoas usufruíram de recursos tecnológicos para resolverem inúmeros problemas de ordem material e imaterial. Porém, Morin (2020, p. 104), em seu livro *Conhecimento, Ignorância e Mistério*, faz o alerta de que

[...] o sonho de uma sociedade humana totalmente automatizada sob a lei do algoritmo não levaria ao super humano, mas o desumano. O sonho de uma racionalidade algoritmizante tenderá a nos reduzir a máquinas triviais. É um falso ideal. O humano não é algoritmizável. Tampouco a história é algoritmizável ou previsível.

Todas essas questões, na verdade, vão ao encontro do que a pesquisadora britânica Wardle (2017) fala sobre formas de mitigar os efeitos nocivos das *fake news*, através do ecossistema da desinformação. A Figura 2 mostra os tipos de conteúdos desse ecossistema em que as mensagens são cuidadosamente construídas, usando estratégias de *marketing* e contam com uma base de lançamento estruturada, o que possibilita sua difusão rápida e articulada em diferentes mídias e contextos.

Figura 2 – O ecossistema da desinformação



Fonte: Pimenta e Belda (c2021, *online*).

A falsa conexão é o processo em que as manchetes, ilustrações ou legendas não traduzem o verdadeiro conteúdo explicitado. O falso contexto traz à tona um contexto em que o conteúdo da mensagem parece ser puro, verdadeiro, porém a informação que está intrínseca é falsa. A manipulação do conteúdo assemelha-se ao falso contexto, em que a informação falsa é disfarçada para manipular ou enganar o leitor. A sátira ou a paródia não possuem uma mensagem subliminar com a intenção de prejudicar o receptor, mas um potencial para manipular e enganar. Os conteúdos considerados de caráter enganoso, impostor ou fabricado são produzidos, respectivamente, para usar informações de forma deturpada visando prejudicar um indivíduo, usar fontes duvidosas ou inverídicas assemelhando-se a fontes fidedignas de informação e, por fim, produzir um conteúdo totalmente novo, 100% falso, para ludibriar e prejudicar todo um contexto em que ele circula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a rápida popularização da Internet proporcionou maior acesso à informação, sendo que, na contemporaneidade, as mídias digitais são as principais fontes utilizadas pela população para obtenção de informações de saúde. Desse modo, a pergunta que fazemos é: como a AMI pode se tornar aliada das bibliotecas e unidades de informação nessa luta contra a desinformação?

Ao reconhecermos a complexidade da questão, refletimos sobre o fato do contexto histórico demonstrar o desafio constante pelo qual as sociedades passaram até os dias atuais. Não podemos negar que a desinformação sempre esteve presente, porém o uso das tecnologias, sem dúvidas, potencializou a produção e o alcance de mentiras, boatos, e conteúdos enganosos de maneira exponencial. Compartilhar desinformação é muito fácil, sendo que provavelmente todos nós algum dia já o fizemos. É importante criar mecanismos para verificar as notícias em fontes confiáveis, em diferentes contextos e situações, especialmente na área da saúde. É importante, além disso, salientar que a responsabilidade por informações falsas é individual e, ao mesmo tempo, coletiva. Vivenciamos nos últimos tempos uma avalanche de desinformação, uma vez que grande parte da população recorreu às fontes mais fáceis, como amigos, parentes e redes sociais, para se informar em situações de crise e emergência em saúde, deixando em segundo plano a opinião de cientistas e profissionais da saúde.

É necessário pensarmos que as escolas, universidades, bibliotecas, centros de pesquisa, precisam ser vigilantes neste processo, unindo-se em prol de uma gestão infodêmica, construída no diálogo entre diferentes áreas de saber. Isso posto, faz-se necessário o fortalecimento de uma visão mais crítica acerca do ecossistema comunicativo do qual fazemos parte. Justamente, o pensamento e a atitude críticos sobre os conteúdos midiáticos e os provedores de informação são um dos focos da AMI. A AMI tem por base o entendimento do acesso à informação e ao conhecimento, bem como da capacidade expressiva dos sujeitos como direitos humanos, levando em conta toda a complexidade que isso representa em nossa sociedade.

Temos por posição que a AMI, concomitante a capacitações em fluxo contínuo, são formas que podem aproximar as diferenças que hoje presenciemos – de níveis de cognição, acesso e uso de funcionalidades digitais, pensamento crítico e reflexivo, e engajamento cidadão no combate à desinformação na saúde.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Report of Presential Committee on Information Literacy**: final report. Washington: ALA, 1989.

BLATTMANN, U. O que São Fontes e Recursos Informacionais?. **BV Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, [2009]. Disponível em: <http://bib-ci.wikidot.com/o-que-sao-fontes-e-recursos-informacionais>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BUCCI, E. Pós-política e Corrosão da Verdade. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p.19-30, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146574>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O Conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CARVALHO, M. (coord.). **A Desinformação**: contexto europeu e nacional. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2019. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Documents/2019/abril/desinformacao_contextoeuroeunacional-ERC-abril2019.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

CHOO, C. W. Como ficamos sabendo: um modelo de uso da informação. *In*: CHOO, C. W. **A Organização do Conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2006. P. 63-120.

CHOO, C. W. *et al.* Information culture and information use: an exploratory study of three organizations. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Bloomington, v. 59, n. 5, p. 792-804, 2008.

D'ANCONA, M. **Pós-Verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DIAS, F. N. **Os Sistemas de Conhecimento Patológico e a Nova Ordem**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Fontes de Informação**: um manual para cursos de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. São Carlos: EDUFSCAR, 2005.

FERRARI, P. **Como Sair das Bolhas**. São Paulo: EDUC; Fortaleza: Armazém da Cultura, 2018.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Polêmicas do nosso tempo, v. 4).

HENRIQUES, C. M. P. A Dupla Epidemia: febre amarela e desinformação. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 9-13, 2018. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1513/2198>. Acesso em: 3 jun. 2023.

HJORLAND, B. Methods for evaluating information sources: an annotated catalogue. **Journal of Information Science**, London, v. 38, n. 3, p. 258-268, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0165551512439178>. Acesso em: 11 jan. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Recomendaciones IFLA sobre Alfabetización Informacional y Mediática**. Den Haag, 2011. Disponível em: http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/612/articles-132155_recurso_02.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

KAPFERER, J. **Boatos**: o mais antigo mídia do mundo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

MARÇAL, D. **Pseudociência**. Lisboa: FFMS, 2014.

MARWICK, A.; LEWIS, R. **Media Manipulation and Disinformation Online**. New York: Data & Society, 2017.

MORADO NASCIMENTO, D. A Abordagem Sócio-cultural da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 21-34, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/477>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MORIN, E. **Conhecimento, Ignorância e Mistério**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

PIMENTA, A.; BELDA, F. R. **Manual da Credibilidade Jornalística**. São Paulo, c2021. Disponível em: <https://www.manualdacredibilidade.com.br>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SANTAELLA, L. **A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa?**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTAELLA, L. **Temas e Dilemas do Pós-Digital**: a voz da política. São Paulo: Paulus, 2016.

SORJ, B.; NOUJAIM, A. **Corações e Mentes**: pensando de forma autônoma fora e dentro da internet. São Paulo: Plataforma Democrática, 2020. Disponível em: https://www.coracoesementes.org.br/download/Coracoes_e_Mentes_completo.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

WARDLE, C. **Fake News. It's Complicated**. Cambridge: First Draft News, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/443/fake-news-complicated/>. Acesso em: 5 maio 2023.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 4 abr. 2023.

WILSON, C. *et al.* **Alfabetização Midiática e Informacional**: currículo para formação de professores. Brasília, DF: Unesco, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. **The Lancet**, London, v. 395, n. 10225, p. 676, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30461-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30461-X/fulltext). Acesso em: 22 jul. 2020.